



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

BOLETIM INFORMATIVO CEVID

Edição nº8 *2021*

MENSAGEM INICIAL

A presente publicação corresponde à última edição referente ao ano de 2021 do Boletim Informativo da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. As ações a seguir apresentadas referem-se ao período de outubro a dezembro, abrangendo iniciativas de combate e prevenção da violência contra a mulher em nível estadual e nacional, promovidas por esta Coordenadoria ou das quais esta CEVID participou.

Dentre as inúmeras atividades realizadas, vale destacar o Webinar Internacional Brasil-Portugal sobre Prevenção à Violência Doméstica e o lançamento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, ambos ocorridos no dia 14 de outubro, em formato híbrido, no Auditório do Pleno deste Tribunal de Justiça, com transmissão ao vivo pelo canal da EJUD no Youtube. A iniciativa foi uma parceria entre a CEVID/TJPR, o Comitê Interinstitucional para Implementação do Formulário de Avaliação de Risco no Paraná e a Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR), tendo como objetivo propiciar, aos profissionais atuantes no enfrentamento da violência contra a mulher no Estado do Paraná, conhecimentos, informações, princípios e diretrizes a fim de subsidiar a aplicação efetiva do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, em conformidade com a Lei Maria da Penha e demais legislações e normatizações pertinentes. No mesmo sentido, foi promovido, durante o mês de novembro, o Curso de Formação Continuada em Violência de Gênero e Aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, composto de quatro módulos, abrangendo fundamentos teóricos e práticos com o intuito de fomentar e orientar a utilização desse instrumento avaliativo.

Cabe mencionar ainda as ações empreendidas durante o mês de novembro, por ocasião da 19ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, quais sejam: o evento Espaço de Fala – Mulheres Refugiadas, Migrantes e Apátridas, em parceria com o NUPIGE/MPPR, o NUDEM/DPEPR, a CEVIGE/OABPR e a EJUD/PR; o lançamento da 2ª edição da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR e do Guia de Serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Paraná; e o evento comemorativo dos 10 anos de existência da Coordenadoria, com palestras acerca de temáticas afetas aos direitos da mulher e à violência de gênero, seguido do lançamento de galeria de fotos dedicada à Coordenadoria, visando prestar reconhecimento e homenagem ao trabalho desempenhado pelas Desembargadoras que coordenaram a CEVID/TJPR desde sua criação.

O ano de 2021 foi bastante profícuo para o Estado do Paraná no que tange ao enfrentamento da violência contra a mulher e, particularmente no que concerne a esta Coordenadoria, foram alcançados importantes avanços e conquistas, entre eles a inclusão, na estrutura da CEVID, da função de Vice-Coordenador, brilhantemente exercida pelo Juiz de Direito Marcos Antônio da Cunha Araújo, cujo engajamento e experiência na matéria de violência doméstica foram fundamentais para o bom desenvolvimento das atividades. De igual modo, a participação ativa dos magistrados e das magistradas colaboradores e colaboradoras foi primordial para ampliação e qualificação das ações da Coordenadoria, eis que, mediante seus conhecimentos, experiências, atuação colaborativa e eficiente, contribuíram sobremaneira para a otimização das tarefas e a efetividade de cada uma das iniciativas traçadas e executadas ao longo desta gestão.

Agradecemos, portanto, por sua inestimável cooperação, aos magistrados e magistradas: Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, Ariel Nicolai Cesa Dias, Augusto Gluszczyk Junior, Bruna Greggio, Davi Pinto de Almeida, Fabiane Pieruccini, Luciane Bortoleto, Luciane do Rocio Custódio Ludovico, Renato Garcia, Tais de Paula Scheer, Victor Martim Batschke e Zilda Romero.

Não menos importante foi a atuação de cada magistrado e magistrada atuante nas Varas que atendem aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, os quais sempre responderam prontamente às solicitações desta Coordenadoria e, exercendo suas atividades com profissionalismo, competência e empenho, contribuíram para oferecer uma resposta institucional cada vez mais célere e eficaz às mulheres vítimas de violência.

Não há dúvida de que os bons resultados obtidos por esta Coordenadoria só foram possíveis graças ao firme compromisso e ampla atuação de toda a Cúpula Diretiva desta Corte na esfera da promoção e defesa dos direitos da mulher e no enfrentamento da violência doméstica, sendo a valorização do ser humano um dos princípios norteadores da atual gestão e sendo a perspectiva de gênero um fator sempre considerado na elaboração do planejamento estratégico deste Tribunal de Justiça. Dessa forma, registramos nosso apreço e nossos agradecimentos à Cúpula Diretiva, na pessoa do Desembargador José Laurindo de Souza Netto, Presidente desta Corte, não apenas pelo apoio sempre prestado a esta Coordenadoria, mas também pela proposição e consecução de diversas iniciativas que vieram a reforçar a posição de destaque do Poder Judiciário paranaense nessa seara.

Por fim, enaltecemos a atuação de todos os protagonistas que estiveram ao lado da CEVID/TJPR nesta jornada, conjugando esforços para a realização de diversos eventos e ações voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional e do atendimento institucional aos envolvidos em situações de violência doméstica e familiar, como também para sensibilização e conscientização da comunidade e ampliação do acesso à Justiça. Agradecemos o apoio e a cooperação do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), da Secretaria de Estado da Família, Justiça e Trabalho (SEJUF) e demais Secretarias Estaduais, das Prefeituras Municipais, dos Conselhos da Comunidade e outros órgãos e entidades governamentais e não governamentais, cujas parcerias institucionais possibilitaram a continuidade e o incremento no atendimento aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, em que pesem as adversidades enfrentadas

Isso posto, reiteramos nossos agradecimentos a todos e todas pelo apoio recebido e colocamo-nos à disposição para o que se faça necessário, visando sempre à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sem violência.

Cordialmente,

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço

*Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de
Violência Doméstica e Familiar.*

SUMÁRIO

OUTUBRO 2021:

PROMOVIDO O WEBINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL-PORTUGAL SOBRE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E LANÇAMENTO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO.....10

REALIZADO O CURSO ASPECTOS JURÍDICOS E PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER.....12

CEVID/TJPR E UFPR INICIAM PESQUISA SOBRE O INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA.....14

LANÇADO O CURSO “A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SUAS RELAÇÕES COMAÇÕES EM MATÉRIA DE FAMÍLIA E O ATENDIMENTO HUMANIZADO”.....16

NOVEMBRO 2021:

CEVID/TJPR E ANOREG/PR FIRMAM PARCERIA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....19

REALIZADO O CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM VIOLÊNCIA DE GÊNERO E APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO.....20

CEVID/TJPR E SESP/PR SE REÚNEM PARA DISCUTIR PROJETOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....22

PROMOVIDA A 19ª EDIÇÃO DA SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA.....24

ESPAÇO DE FALA – MULHERES REFUGIADAS, MIGRANTES E APÁTRIDAS.....26

LANÇAMENTO DA 2ª EDIÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID/TJPR E DO GUIA DE SERVIÇOS DA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO ESTADO DO PARANÁ.....28

CEVID/TJPR CELEBRA SEUS 10 ANOS DE INSTALAÇÃO.....30

DEZEMBRO 2021:

COORDENADORA DA CEVID/TJPR É ELEITA VICE-PRESIDENTE DO COCEVID.....35

CEVID/TJPR PARTICIPA DO XIII FONAVID EM TERESINA/PI.....36

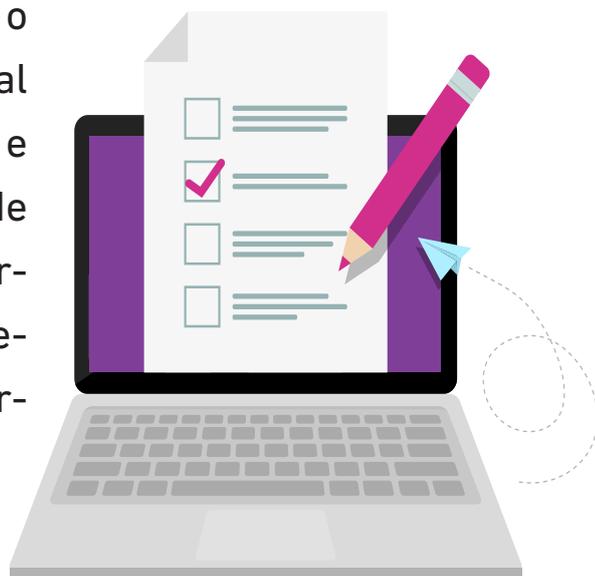
CEVID/TJPR PARTICIPA DE CAPACITAÇÃO DA PATRULHA MARIA DA PENHA DE CURITIBA.....37

CEVID/TJPR PARTICIPA DE LIVE SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PROMOVIDA PELO CRF/PR.....39

OUTUBRO
2021

PROMOVIDO O WEBINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL-PORTUGAL SOBRE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E LANÇAMENTO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

No dia 14 de outubro, foi realizado o Webinário Internacional Brasil-Portugal sobre Prevenção à Violência Doméstica e o Lançamento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco. A iniciativa foi uma parceria entre a CEVID/TJPR, o Comitê Interinstitucional para Implementação do Formulário de Avaliação de Risco no Paraná e a Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR).



O evento ocorreu em formato híbrido, no Auditório do Pleno deste Tribunal de Justiça, com transmissão ao vivo pelo canal da EJUD no Youtube. Estiveram presentes na ocasião representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, das Polícias Civil e Militar e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná.

O Webinário teve como objetivo propiciar, aos profissionais atuantes no enfrentamento da violência contra a mulher no Estado do Paraná, conhecimentos, informações, princípios e diretrizes a fim de subsidiar a aplicação efetiva do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, em conformidade com a Lei Maria da Penha e demais legislações e normatizações.

O evento contou com exposições dos seguintes convidados: Magistrados Marcos Antônio da Cunha Araújo, Juiz Vice-Coordenador da CEVID, e Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz integrante da CEVID; professora Ana Campina e professor Carlos Rodrigues, da Universidade Fernando Pessoa (PT); advogada e professora de pós-graduação Tammy Fortunato; do Promotor de Justiça do Distrito Federal Thiago Pierobom de Ávila; e da psicóloga da CEVID Maisa Baiersdorf Schneider. Foram abordados os seguintes temas: “Violência de gênero em Portugal”; “Apresentação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco junto ao sistema eletrônico Projudi”; “Violência contra a mulher: aspectos históricos e culturais e sua importância na elaboração de políticas públicas de enfrentamento”; “Avaliação de Risco e políticas públicas de prevenção ao feminicídio”; e “Violência doméstica: um enfoque da psicologia forense”.

Link de acesso ao Webinário:

<https://www.youtube.com/watch?v=om4AKx3FNdk>

REALIZADO O CURSO “ASPECTOS JURÍDICOS E PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER”

Nos dias 26 e 29 de outubro de 2021, foi promovido — mediante parceria entre a Presidência do TJPR, a Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU), a CEVID/TJPR e a Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR) — o curso Aspectos Jurídicos e Psicossociais da Violência Doméstica contra Mulher.

A ação educacional foi destinada a capacitar as equipes mistas da CEMSU e do Centro Universitário de Curitiba (UniCuritiba) para orientação jurídica e atuação na rede de atenção psicossocial às vítimas de violência doméstica. Teve como objetivo fornecer aos cursistas elementos que lhes permitam interpretar e aplicar os normativos relacionados à questão da violência doméstica contra a mulher, em especial a Lei Maria da Penha, de acordo com a especificidade de cada caso, considerando fatores relacionados a gênero, raça e etnia, em seus aspectos jurídicos e psicossociais.

O curso contou com os seguintes módulos e respectivos docentes:

Módulo 1 - Trilha Sócio-histórica, em modalidade virtual, com a Professora Lais Gorski;

Módulo 2 - Trilha Jurídico-Processual, em modalidade virtual, com o Dr. Marcos Antonio da Cunha Araújo, Vice-Coordenador Estadual da CEVID/TJPR;

Módulo 3 - Trilha Psicossocial, em modalidade presencial, com a servidora Maisa Baiersdorf Schneider, Psicóloga da CEVID/TJPR;

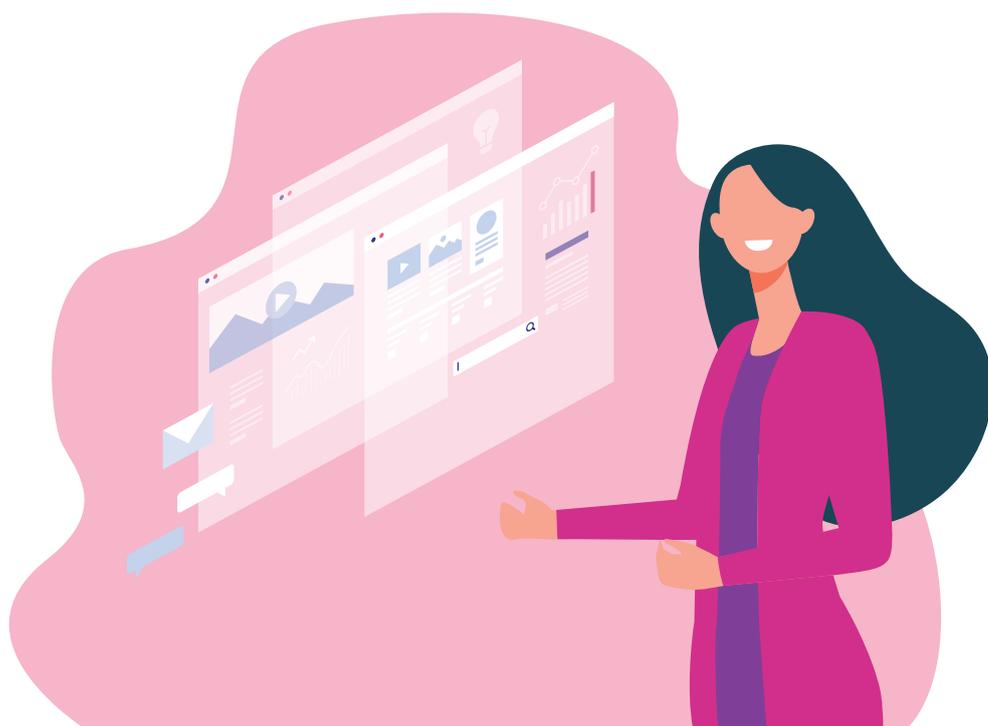
Módulo Prático - Visita pela Casa da Mulher Brasileira, em modalidade presencial, com a servidora Ceciana Ames Schallenberger, Psicóloga Judiciária nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba.

Essa capacitação faz parte das iniciativas empreendidas pelo TJPR relacionadas à Meta Nacional 9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário, para a qual foi indicado projeto relacionado ao ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, com a temática Violência doméstica. Para auxiliar na execução do Projeto, este Tribunal formalizou convênio com a UniCuritiba, visando à atuação dos estudantes de Direito, Psicologia e Serviço Social em programas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Ademais, pretende-se a atuação da CEMSU em apoio a atividades e projetos da CEVID, tendo em vista a competência daquele órgão para aplicação de práticas preventivas e assistenciais de Justiça Restaurativa.

CEVID/TJPR E UFPR INICIAM PESQUISA SOBRE O INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Em outubro de 2021, a CEVID/TJPR finalizou a primeira etapa de um projeto de pesquisa empreendido em parceria com a Universidade Federal do Paraná, tendo como escopo a análise da motivação dos indeferimentos de medidas protetivas de urgência no Estado.

A iniciativa é Coordenada, na CEVID, pelas Magistradas Bruna Greggio, Luciane do Rocio Custódio Ludovico e Tais de Paula Scheer e, na qualidade de docente da UFPR, pela Desembargadora Priscilla Placha Sá.



O estudo abrange as medidas protetivas de urgência indeferidas/não concedidas e deferidas/concedidas em parte nos meses de agosto e setembro de 2019 e agosto e setembro de 2020, incluindo a análise de quesitos tais como: órgãos onde foram iniciadas as medidas protetivas; contexto familiar dos envolvidos; natureza do(s) crime(s) cometido(s); razão do indeferimento; tempo de encaminhamento do pedido ao Judiciário, de análise e de cumprimento da citação; entre outros.

Dessa forma, pretende-se reunir elementos que permitam identificar o entendimento e os procedimentos predominantemente adotados pelos operadores do Direito, no âmbito do Estado do Paraná, no que tange à aplicação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha).

Esta primeira etapa do projeto compreendeu a elaboração dos quesitos norteadores da pesquisa e a coleta e compilação dos dados; na sequência, será realizada a análise dos dados e será redigido o relatório final do projeto. O documento será lançado em março de 2022, durante a próxima edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa.

À semelhança do dossiê “Feminicídio: por que aconteceu com ela?” — lançado no início deste ano, também em parceria com a UFPR —, esse segundo trabalho visa subsidiar a tomada de ações de enfrentamento à violência contra a mulher e conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência, contribuindo para a constatação de eventuais demandas regionais específicas concernentes à capacitação, à integração entre o Judiciário e os demais órgãos da rede local, entre outras.

LANÇADO O CURSO “A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SUAS RELAÇÕES COM AÇÕES EM MATÉRIA DE FAMÍLIA E O ATENDIMENTO HUMANIZADO”

Em outubro de 2021, a CEVID/TJPR lançou o curso virtual A Violência Doméstica, suas relações com Ações em Matéria de Família e o Atendimento Humanizado, promovido em parceria com a EJUD/PR.



A capacitação foi idealizada com o intuito de subsidiar a atuação dos/as servidores/as responsáveis pelo Programa Justiça nos Bairros/Justiça Itinerante — capitaneado pela 2ª Vice-Presidência do TJPR —, para que possam realizar o acolhimento e os encaminhamentos adequados a suprir as múltiplas demandas inerentes aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, abrangendo as esferas jurisdicional, psicossocial, de saúde, entre outras.

Integram o corpo docente do curso: a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID; o Juiz Marcos Antônio da Cunha Araújo, Vice-Coordenador da CEVID/TJPR; e os/as Juízes/as Augusto Gluszczyk Júnior, Bruna Greggio, Renato Garcia e Zilda Romero, integrantes da CEVID/TJPR.

A capacitação engloba conhecimentos e práticas visando contribuir para a qualificação, humanização, celeridade e eficácia dos atendimentos aos/às envolvidos/as em situações de violência doméstica e familiar, incluindo ainda um depoimento de uma vítima de violência doméstica.

O curso é aberto ao público, e os/as interessados/as podem efetuar sua inscrição por meio do seguinte link:

<https://ead.tjpr.jus.br/course/view.php?id=665>

NOVEMBRO
2021

CEVID/TJPR E ANOREG/PR FIRMAM PARCERIA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No dia 3 de novembro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço se reuniu, na sede da CEVID, com a Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (ANOREG/PR), Mônica Maria Guimarães de Macedo Dalla Vecchia, com o intuito de tratar da adesão, pelos cartórios extrajudiciais do Paraná, à campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.

A referida campanha é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a qual visa possibilitar a denúncia de violência doméstica em farmácias e outros estabelecimentos públicos e privados. Dessa forma, ao exibir um “X” na palma da mão, a mulher vítima de violência indica que necessita de ajuda, e os funcionários do estabelecimento podem acionar as autoridades competentes.



A participação dos cartórios judiciais representa um importante reforço à iniciativa no Estado do Paraná, contribuindo para ampliar o alcance e a efetividade da campanha.

Na reunião realizada, a Desembargadora Ana Lúcia apresentou brevemente o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria, juntamente com órgãos parceiros, e colocou a CEVID à disposição da ANOREG/PR para auxiliar com a divulgação da adesão dos cartórios à campanha, bem como para o fornecimento do Guia de Serviços da Rede de Atendimento e de outros materiais informativos sobre os temas relacionados à violência doméstica.

REALIZADO O CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM VIOLÊNCIA DE GÊNERO E APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

Durante o mês de novembro de 2021, foi promovido, em formato virtual, o Curso de Formação Continuada em Violência de Gênero e Aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco.

A capacitação foi uma iniciativa da CEVID/TJPR e do Comitê Interinstitucional para Implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no Estado do Paraná, em parceria com a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR), em atendimento à Recomendação nº 105/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

O curso teve como objetivo propiciar a capacitação em direitos fundamentais, desde uma perspectiva interseccional e de gênero, dos profissionais atuantes nos órgãos públicos da rede de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Paraná, bem como apresentar informações, princípios e diretrizes a fim de subsidiar a aplicação efetiva do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, em conformidade com a Lei Maria da Penha e demais legislações e normatizações pertinentes.

Dessa forma, pretende-se fomentar e orientar a utilização desse instrumento de forma ampla e efetiva no Estado do Paraná, mediante a atuação conjunta e integrada dos entes que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, com base em plano de segurança elaborado pela Polícia Militar a fim de nortear as intervenções e encaminhamentos, conforme os riscos identificados.

A ação educacional foi voltada a todos/as os/as profissionais atuantes em órgãos públicos da rede de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Paraná e foi composta de 4 (quatro) módulos — totalizando uma carga horária de 14 (catorze) horas —, abrangendo os seguintes temas: “Gênero, direitos humanos e a atuação do Sistema de Justiça”; “Avaliação e gestão de risco: fundamentos teóricos”; e “Aplicação do Formulário de Risco: intervenções e procedimentos dos entes da rede de atendimento”.

Links de acesso ao curso:

Módulo 1: <https://youtu.be/JGHC1h-QP00>

Módulo 2: <https://youtu.be/LiVJQAH3FAo>

Módulo 3: <https://youtu.be/slCHFd90QSc>

Módulo 4: <https://youtu.be/FWzI95Af5V8>

CEVID/TJPR E SESP/PR SE REÚNEM PARA DISCUTIR PROJETOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No dia 10 de novembro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, e o Coronel Romulo Marinho Soares, Secretário da Segurança Pública do Paraná, reuniram-se na sede da SESP, com o intuito de traçar metas e estratégias para o enfrentamento da violência contra a mulher no Estado do Paraná. Na oportunidade, foram discutidos projetos visando melhorias no fluxo de trabalho do Judiciário e no atendimento das forças policiais a esses casos.

Entre os assuntos abordados, destaca-se a ferramenta do Dispositivo do Pânico, por meio do APP 190 PR (já disponível em todo o Paraná), a qual permite que mulheres com medidas protetivas e em situação de risco possam acionar a Polícia Militar pelo aplicativo instalado no celular. Também foram discutidas outras iniciativas destinadas à ampliação e agilização do atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, tais como a Patrulha Maria da Penha em âmbito estadual. O serviço já é disponibilizado em alguns municípios, majoritariamente por meio das Guardas Municipais.

Na ocasião, o secretário Marinho salientou a necessidade de mais integração entre a SESP, o Judiciário e as forças policiais estaduais e municipais, possibilitando a ampliação de projetos e do atendimento em todo o Estado. “São várias instituições envolvidas no combate à violência doméstica, este crime tão covarde, que merece nossa atenção. Vamos aqui reafirmar nosso compromisso em busca de uma meta positiva para a redução deste crime no Estado”, afirmou.

Conforme pontuado pela Desembargadora Ana Lúcia, “o desafio é grande e o cenário é bem difícil, mas precisamos trabalhar juntos, com muito diálogo, para minimizar o problema da violência doméstica e proporcionar um acolhimento adequado às mulheres, além de um julgamento mais célere para estes casos”.

Além das autoridades já citadas, também participaram da reunião a chefe de gabinete da SESP, delegada Luciana de Novaes; o assessor civil da SESP, delegado Vinicius Augusto de Carvalho; o assessor jurídico do Departamento Penitenciário, delegado Renan Ferreira; o subchefe da assessoria militar no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), major Sthefano Roberto Janata; e a assessora judiciária da CEVID no TJPR, Bruna Caroline Monteiro Rosa.

PROMOVIDA A 19ª EDIÇÃO DA SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Entre os dias 22 e 26 de novembro de 2021, ocorreu a 19ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O programa é capitaneado pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais, e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. A campanha também abrange ações interdisciplinares organizadas que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

Iniciada em março de 2015, a campanha Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres –, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) –, e em novembro – quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.



Além de fomentar audiências e júris concentrados e a prolação de sentenças, os Tribunais de Justiça estaduais desenvolvem treinamentos, ações educativas, palestras, lançamento de políticas públicas e outras iniciativas, relacionadas ao combate e a prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Para cada Semana ocorrida, os Tribunais de Justiça dos Estados mensuram seus esforços e encaminham ao CNJ os dados quantitativos sobre os atendimentos realizados e seus respectivos processos, como também sobre as demais ações empreendidas durante o período.

No Paraná, a abertura oficial da 19ª edição da campanha foi promovida no dia 22 de novembro, durante a sessão do Órgão Especial, pelo Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto Aínda, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, apresentou as principais ações desenvolvidas pelo TJPR por meio da Coordenadoria durante a campanha.

Dentre as iniciativas em nível estadual, promovidas conjuntamente com instituições e órgãos parceiros, destacam-se: o evento Espaço de Fala – Mulheres Refugiadas, Migrantes e Apátridas, em parceria com o NUPIGE/MPPR, o NUDEM/DPEPR, a CEVIGE/OABPR e a EJUD/PR; o lançamento da 2ª edição da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR e do Guia de Serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Paraná; e o evento comemorativo dos 10 anos de existência da Coordenadoria, com palestras acerca de temáticas afetas aos direitos da mulher e à violência de gênero, seguido do lançamento de galeria de fotos dedicada à Coordenadoria, visando prestar reconhecimento e homenagem ao trabalho desempenhado pelas Desembargadoras que coordenaram a CEVID/TJPR desde sua criação.

Além dessas ações, as Comarcas promoveram iniciativas em âmbito local, por meio de parcerias institucionais com universidades, com os Conselhos da Comunidade e outros órgãos governamentais e não governamentais, incluindo entrevistas a emissoras de rádio e televisão, Lives, distribuição de material informativo, entre outras.

ESPAÇO DE FALA – MULHERES REFUGIADAS, MIGRANTES E APÁTRIDAS

No dia 23 de novembro, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR, a Escola Judicial do Paraná – EJUD/PR, o Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero – NUPIGE/MPPR, o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher – NUDEM/DPEPR e a Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero – CEVIGE/OABPR promoveram o evento Espaço de Fala – mulheres refugiadas, migrantes e apátridas, com transmissão pelo canal da EJUD/PR no YouTube.

Na oportunidade, foram apresentadas as diferentes visões, realidades e desafios constatados tanto na atuação de entidades direcionadas ao atendimento das mulheres migrantes, refugiadas e apátridas quanto na experiência vivenciada por algumas dessas mulheres.

O evento contou com a participação das seguintes convidadas: Sabin Khaoule, refugiada síria, estudante de medicina na UFPR; Gloire M. Nkialulendo, congoleza, mestre em direito pela UFPR; Isbeline Theodorice, haitiana, voluntária da Associação de Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas (AMMAR) da UFPR; Marcia Terezinha Ponce, Secretária Executiva da Cáritas Brasileira – Regional Paraná; Isabella Louise T. S. de Souza, fundadora e Presidente do Instituto de Políticas Públicas Migratórias (IPPMI); Adriana Maria Matias, Coordenadora da Pastoral da/o Migrante da Paróquia Santa Teresinha de Lisieux em Colombo; Sandra Márcia Duarte, Coordenadora da Política da Diversidade e Grupos Específicos do Departamento Penitenciário do Paraná; e Claudia Grignet Fardoski Souto, Diretora da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão.

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=nLTzvR8cccA>



LANÇAMENTO DA 2ª EDIÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID/TJPR E DO GUIA DE SERVIÇOS DA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO ESTADO DO PARANÁ

No dia 25 de novembro, foi promovido, de forma virtual, em parceria com a EJUD/PR, o evento de lançamento da 2ª edição da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR — alusiva aos dez anos de existência da Coordenadoria — e do Guia de Serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Paraná.

O evento contou com exposições da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, e das Magistrados/as Luciane do Rocio Custódio Ludovico, Zilda Romero e Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, bem como da psicóloga da CEVID Maisa Baiersdorf Schneider, os quais discorreram sobre as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria, bem como acerca de suas respectivas atuações na esfera da violência doméstica e na elaboração da revista e do guia.

Ainda, foram convidadas a Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (ANOREG/PR), Mônica Dalla Vecchia, que tratou da campanha Sinal Vermelho e os cartórios do Brasil contra a violência doméstica; e a Assessora de Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Curitiba, Gleri Bahia Mangger, que abordou a atuação da rede de proteção em Curitiba.

A segunda edição da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR, assim como a primeira publicação, contempla a experiência de atuação e pesquisa de diversos protagonistas no enfrentamento da violência contra a mulher, bem como no estudo desse fenômeno.

O espaço permanente da revista dedicado a entrevistas conta com a participação da Juíza de Direito Dra. Zilda Romero, Magistrada Atuante no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar e Anexos de Londrina. A publicação também inclui artigos sobre a temática da violência doméstica, assim como projetos e boas práticas adotados nesse enfrentamento. Ao final, apresenta um breve relato histórico — elaborado pelas servidoras Bruna Caroline Monteiro Rosa e Carolina Cardoso Dias —, em que são descritos os principais feitos, metas, desafios e acontecimentos de maior relevância ao longo da trajetória da Coordenadoria no enfrentamento da violência doméstica e na promoção e defesa dos direitos da mulher.



O Guia de Serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Paraná foi elaborado pela CEVID/TJPR com o intuito de facilitar a localização e o acesso da vítima aos serviços disponíveis, bem como para fomentar e orientar a criação ou ampliação da rede, de acordo com as demandas e necessidades constatadas.



Dessa forma, o Guia de Serviços será uma ferramenta de grande importância para garantir proteção e assistência adequadas a todos os envolvidos em situações de violência doméstica e familiar.

Link de acesso ao evento: <https://youtu.be/mxjYNn2H9J4>

CEVID/TJPR CELEBRA SEUS 10 ANOS DE INSTALAÇÃO

No dia 26 de novembro, a CEVID/TJPR promoveu, no Auditório do Pleno do TJPR e com transmissão ao vivo pelo canal da EJUD/PR no Youtube, o evento 10 Anos da CEVID/TJPR: Exposições e Experiências acerca da Lei Maria da Penha sob um Viés Acadêmico e Inauguração da Galeria das Coordenadoras da CEVID.

A iniciativa visou demonstrar e reforçar o compromisso deste Tribunal de Justiça com a causa da promoção e defesa dos direitos da mulher e do enfrentamento à violência de gênero, o qual se reflete no profícuo trabalho realizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher ao longo de seus dez anos de atuação, por meio de diversas parcerias interinstitucionais, promovendo a ampliação, o constante aprimoramento e a integração nas ações desenvolvidas em âmbito estadual nessa seara.

Participaram do evento: o Desembargador Fábio Dalla Vecchia, representando o Presidente do TJPR, o Desembargador José Laurindo de Souza Netto; a Coordenadora da CEVID, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço; a Coordenadora da Comissão da Igualdade e Gênero, Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima; e a Doutora Walquiria Onete Gomes, Coordenadora do Centro de Referência de Atendimento à Mulher do Departamento de Garantias dos Direitos da Mulher da SEJUF, representando o Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho, Ney Leprevost Neto.

Compunham a extensão da mesa principal as Magistradas ex-Coordenadoras da CEVID: Desembargadoras Denise Krüger Pereira, Lenice Bodstein e Priscilla Placha Sá e, participando de forma virtual, Desembargadoras Rosana Amara Girardi Fachin e Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Ainda, estiveram presentes no evento: a Juíza Substituta de 2º Grau Luciane do Rocio Custódio Ludovico; a Doutora Gisele Silva Maestrelli, representando a Presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero (CEVIGE) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná; a Defensora Pública Mariana Martins Nunes, Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa

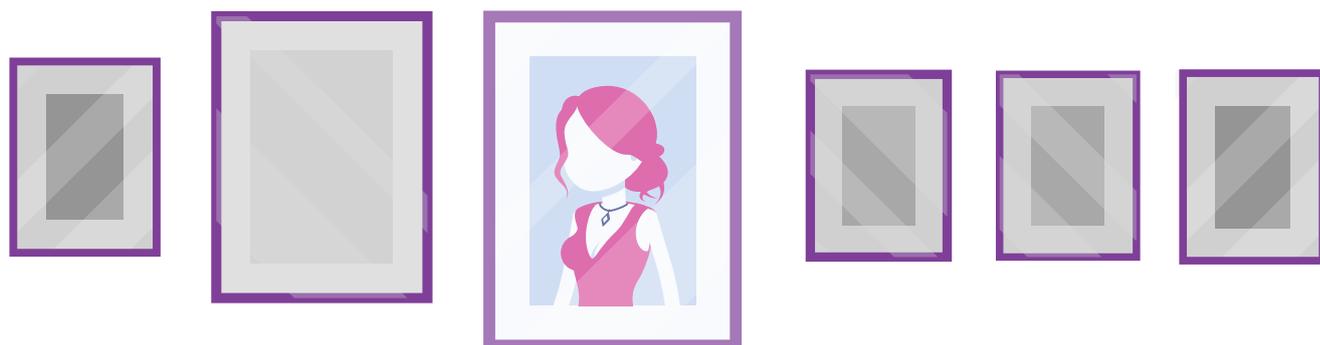
dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná; a Delegada de Polícia Vanessa Alice, Coordenadora da Coordenadoria das Delegacias da Mulher do Paraná (CODEM); o Coronel Diogo, Diretor de Desenvolvimento Tecnológico da Polícia Militar do Estado do Paraná, representando o Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná; e a Vereadora Maria Letícia Fagundes, Procuradora da Mulher na Câmara de Vereadores de Curitiba.

Na ocasião, foram proferidas palestras acadêmicas pelas professoras Maria Cristina Neiva de Carvalho (docente da PUC/PR), Marcia de Fátima Leardini Dresch (docente do UniCuritiba) e Eneida Desiree Salgado (docente da UFPR), versando, respectivamente, sobre os temas: “Psicologia jurídica da PUCPR: 10 anos de parceria na aplicação da Lei Maria da Penha”, “Aspecto Cultural da Lei Maria da Penha” e “As Mulheres no Poder: misoginia, violência simbólica e resistência”

Ainda, foram exibidos vídeos institucionais produzidos pelos/as Magistrados/as integrantes da CEVID Augusto Gluszczyk Júnior, Bruna Greggio, Davi Pinto de Almeida, Luciane Bortoleto e Luciane do Rocio Custódio Ludovico, bem como pela servidora da CEVID Bruna Caroline Monteiro Rosa, discorrendo sobre suas experiências de atuação junto à Coordenadoria e no enfrentamento à violência contra a mulher.

Na sequência, houve o lançamento da Galeria de fotos dedicada à Coordenadoria, com vistas a prestar reconhecimento e homenagem ao trabalho desempenhado pelas Desembargadoras que coordenaram a CEVID/TJPR desde sua criação.

Na oportunidade, proferiram fala as Desembargadoras Lenice Bodstein e Priscilla Placha Sá, que discorreram sobre o trabalho por elas empreendido na qualidade de Coordenadoras da CEVID, abordando as realizações e os desafios enfrentados, bem como salientando a importância do papel da Coordenadoria, mediante a atuação conjunta com órgãos parceiros, para garantir atendimento institucional de qualidade às mulheres em situação de violência doméstica.



A galeria dedicada à CEVID está localizada no oitavo andar do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça,

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=QR-LwFVrumk>

DEZEMBRO
2021

COORDENADORA DA CEVID/TJPR É ELEITA VICE-PRESIDENTE DO COCEVID

No dia 29 de novembro de 2021, em Teresina/PI, foi realizada reunião extraordinária do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), ocasião em que foi definida a Comissão Executiva do COCEVID para o ano de 2022.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, foi eleita Vice-Presidente do Colégio para a próxima gestão, e a Desembargadora Paula Cunha e Silva, do TJMG, será a Coordenadora Presidente do órgão. Também integrarão a Comissão Executiva do COCEVID para o exercício de 2022: a Juíza Teresa Germana Lopes Azevedo (TJCE), como 1ª Secretária; a Juíza Rosa Geane Nascimento Santos (TJSE), como 2ª Secretária; o Desembargador Álvaro Kalix Ferro (TJRO), como Tesoureiro; a Juíza Tais Culau de Barros (TJRS), como Suplente-1ª Secretária; e a Juíza Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio (TJPI), como Suplente-2ª Secretária.

A eleição foi realizada durante o XIII Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), que aconteceu entre os dias 29 de novembro e 2 de dezembro, nas modalidades presencial e virtual.

CEVID/TJPR PARTICIPA DO XIII FONAVID EM TERESINA/PI

Entre 29 de novembro e 2 de dezembro de 2021, foi promovido, nas modalidades presencial e virtual, o XIII Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), em Teresina, Piauí. O evento — presidido pela Juíza Bárbara Lívio, do TJMG — foi aberto a magistrados, equipe multidisciplinar e público em geral e teve como tema: “Direitos Humanos e acesso à Justiça na violência doméstica e familiar: a Magistratura e o cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil”.

Representaram o TJPR no Fórum os/as Magistrados/as Marcos Antônio da Cunha Araujo, Eldom Stevem Barbosa dos Santos, Renato Garcia e Márcia Guimarães Marques, bem como as servidoras da CEVID Bruna Caroline Monteiro Rosa e Maisa Baiersdorf Schneider.

O XIII FONAVID contou com diversos painéis, oficinas e palestras, abordando temáticas como: direitos humanos a partir dos recortes racial, interamericano e da população LGBTQIA; feminicídio e atuação com perspectiva de gênero; articulação da rede de enfrentamento; uso dos sistemas tecnológicos no combate à violência contra a mulher; grupos reflexivos e as intervenções com homens; entre outros.

Ainda, na oportunidade foi realizada reunião extraordinária do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), na qual foram apresentadas as ações promovidas pelas Coordenadorias e foi eleita a Comissão Executiva do COCEVID para o ano de 2022.

O FONAVID foi criado em 31 de março de 2009, durante a III Jornada Maria da Penha, evento anual promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. O Fórum, que congrega magistrados/as e servidores/as de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal envolvidos com a temática de violência de gênero, tem como objetivo propiciar a discussão das questões relacionadas à aplicabilidade da Lei 11.340/2006, buscando o compartilhamento de posicionamentos e experiências, além da compreensão, com profundidade, dos aspectos jurídicos da legislação e também dos contornos que envolvem outras disciplinas relacionadas. O evento conta, ainda, com a participação de membros do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Polícias Civil e Militar, Psicólogos(as) e Assistentes Sociais.

CEVID/TJPR PARTICIPA DE CAPACITAÇÃO DA PATRULHA MARIA DA PENHA DE CURITIBA

Na semana de 6 a 10 de dezembro, a Equipe Gestora da Patrulha Maria da Penha de Curitiba — coordenada pelo Guarda Municipal Zeilto Dalla Villa — promoveu capacitação voltada aos/às agentes responsáveis por oferecer esse serviço na Capital. O curso teve o objetivo de atualizar e nivelar as equipes quanto aos procedimentos adequados a serem adotados nos atendimentos e também sobre as tipicidades de cada órgão da Rede de Proteção à Mulher.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, proferiu palestra no evento, discorrendo sobre a violência doméstica e a atuação da Coordenadoria. O curso também contou com a participação de representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Delegacia da Mulher, da Casa da Mulher Brasileira e da Assessoria de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Curitiba.

O programa Patrulha Maria da Penha disponibiliza atendimento preventivo a mulheres com medidas protetivas de urgência vigentes, por meio de visitas periódicas dos agentes das Guardas Municipais ou da Polícia Militar. O município de Curitiba foi o primeiro a prestar esse serviço no Estado, o qual teve início em 2014.

Desde então, a equipe da Guarda Municipal responsável pelos patrulhamentos tem contribuído para reforçar a segurança não apenas das mulheres curitibanas, mas também de todo o Estado, por meio das capacitações ofertadas a agentes de outros municípios que vieram a contar com o serviço.

Atualmente, contam com a Patrulha Maria da Penha, por meio da Guarda Municipal, os municípios de Apucarana, Arapongas, Araucária, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Sarandi, São José dos Pinhais, São Miguel do Iguaçu e Toledo. O serviço também é prestado pela Polícia Militar nos municípios de Guarapuava e Paranavaí, e estão sendo finalizadas as tratativas para atuação da Polícia Militar na Patrulha Maria da Penha em todo o Estado.

CEVID/TJPR PARTICIPA DE LIVE SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, PROMOVIDA PELO CRF/PR

No dia 8 de dezembro de 2021, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, participou de Live promovida pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná (CRF/PR), voltada à temática do combate e da prevenção à violência contra a mulher. A Live, conduzida pela Presidente do CRF/PR, Mirian Ramos Fiorentin, também contou com a participação da Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina, Liange Hiroe Doy Fernandes.



Na ocasião, as participantes discorreram acerca da atuação dos respectivos órgãos no enfrentamento à violência contra a mulher. Dentre as ações mencionadas, destaca-se a campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica — uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e da Associação dos Magistrados Brasileiros, em parceria com diversos órgãos —, a qual visa propiciar que as mulheres em situação de violência, ao exibir um “X” vermelho na palma da mão, possam solicitar ajuda em diversos estabelecimentos como farmácias, repartições públicas e instituições privadas. Ainda, foi salientada a importância da conscientização e mobilização da sociedade em prol dessa causa, como também da participação efetiva do poder público para garantia de direitos

O evento integrou as ações relativas à campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que ocorre entre os dias 25 de novembro (Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher) e 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos). Trata-se de uma mobilização global coordenada pelo Centro para Liderança Global das Mulheres, que tem como objetivo denunciar e erradicar as várias formas de violência contra as Mulheres, bem como informá-las e orientá-las sobre seus Direitos Humanos. O TJPR participa da campanha mediante a publicação de conteúdos em suas mídias institucionais (Facebook, Instagram e site institucional), bem como pela realização de ações pedagógicas junto à sociedade civil.

